



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 24 DE FEVEREIRO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a presença dos nobres Vereadores Milton Leite, Paulo Fiorilo e Laércio Benko, declaro aberta a audiência pública.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela internet, através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, *link* TV Câmara, Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará à disposição do público em geral pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, no *link* Audiência Pública – Registro Escrito.

Para a presente audiência pública foram convidados a participar os Exmos. Srs. Francisco Macena, Secretário de Governo Municipal, que enviou seu representante, Sr. Carlos Gaspar; Wanderley Meira Nascimento, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que enviou seu representante, Ricardo Brandão Figueiredo; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras, que indicou seu Secretário Adjunto Sr. Miguel Reis; Benedito Braga, Secretário dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo; José Eduardo Ismael Lutti, Promotor de Justiça, que indicou o Dr. Marcos Lúcio Barreto; José Roberto Rochel de Oliveira, Promotor de Justiça; Vicente Andreu, Presidente da ANA, Agência Nacional de Águas – não pode comparecer -; Jerson Kelman, Presidente da Sabesp, que indicou seu representante, Sr. Dante Ragazzi Pauli; Marussia Whately, Arquiteta, Coordenadora do Programa de Mananciais do Instituto Socioambiental e Consultora da área de Recursos Hídricos – que não se encontra presente -; Roberto Kachel dos Santos; Cleuber José de Carvalho, Coordenador do Programa Municipal de Qualidade da Água para Consumo Humano de São Paulo, Vivaágua e Roberta Baptista Rodrigues, Professora de Engenharia Ambiental da Universidade Anhembi-Morumbi e Doutora em Recursos Hídricos.

Consta da presente audiência pública o seguinte projeto: PL 529/2014, que dispõe sobre aplicação de multa pecuniária para o desperdício de água na cidade de São Paulo e dá outras providências.

Constam da audiência pública, após esta primeira, os seguintes projetos: PL

323/2010, do Vereador Dalton Silvano; PL 185/2011, do Vereador Eliseu Gabriel; PL 737/2013, de vários autores; PL 44/2014, do Vereador Laércio Benko e PL 267/2014, do Vereador Conte Lopes.

Registro a presença dos nobres Vereadores Paulo Fiorilo, membro desta Comissão; José Américo, ex-presidente desta Casa; Reis; Marquito e Conte Lopes.

Não quero ser injusto com algum nobre Vereador, caso não o veja.

O Vereador, candidato a governador, meu amigo, de 37 anos; Vereadores Cabrabom, Gilberto Natalini, Ricardo Young e a Sandra Tadeu, que pertence a minha Bancada.

Considerando que o Vereador Laércio Benko, Vice-presidente da Comissão, é Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura as questões da água, vou solicitar que presida a Comissão, pois cabe a ele assumir a presidência na minha ausência.

Transfiro, então, neste momento a presidência ao Vereador Laércio Benko.

Quero apenas deixar registrada a minha presença no plenário.

Vereador, tem V.Exa. a condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Boa tarde a todos.

Compõem a mesa os Vereadores Ricardo Young; Gilberto Natalini, Presidente da Comissão do Meio Ambiente; Vereador Reis, Vereador Marquito, Vereador Conte Lopes, Vereador Cabrabom.

Quero convidar todos os Vereadores que estão presentes, por favor, para que façam parte da mesa.

Vamos dividir a audiência pública. Na realidade, são duas audiências públicas. A primeira especificamente para tratar do PL 529/2014, que dispõe sobre aplicação de multa pecuniária para o desperdício de água na cidade de São Paulo e dá outras providências; em seguida, outra audiência pública para tratar de outros cinco projetos de lei que já foram citados

pelo Vereador Milton Leite.

Abrindo os trabalhos, farei uma pequena introdução sobre a origem do projeto de lei, depois passaremos para as autoridades que foram convidadas e seus representantes.

Peço a todos que têm interesse de manifestar-se sobre esse projeto, especificamente o PL 529/2014, que dispõe sobre aplicação de multa pecuniária para o desperdício de água, no caso de lavagem de calçada e lavagem de carro com água tratada, por favor, podem se inscrever com a nossa assessoria que está ao nosso lado. Os interessados terão dois minutos para se manifestar. Ato contínuo, falarão os Vereadores que quiserem debater sobre o tema, encerraremos esta audiência e partiremos para a próxima.

Esse primeiro projeto de lei é fruto do coletivo da CPI da Sabesp. A ideia inicial partiu do seu autor intelectual, o Vereador Mario Covas Neto, foi abraçada por todos os membros da CPI. Então o projeto tem autoria dos nove membros da CPI da Sabesp.

Esse projeto já está aprovado, em primeira votação, obviamente há duas audiências públicas e muito para discutir até a sua segunda votação, mas, em síntese, o projeto prevê aplicação de multa pecuniária de mil reais no caso de quem estiver lavando calçada ou veículos com água tratada da Sabesp.

Essa multa seria aplicada através dos agentes vistoristas da Prefeitura de São Paulo, sendo que esses profissionais têm total capacidade técnica e seriedade para aferir se a água é tratada, pela Sabesp, ou captada pela chuva ou cisterna, qualquer outro meio. Se o município captou a água de outra forma, tem todo direito de utilizar da forma que melhor lhe aprouver.

Particularmente, entendo que além do efeito didático dessa lei – a exemplo do cinto de segurança, gastaram-se milhões em propaganda incentivando as pessoas a usá-lo, mas só vingou a partir do momento em que se aplicavam multas para quem não usava o cinto de segurança.

Então, entendemos, a princípio à necessidade da aplicação de uma pena peculiar, para quem tiver desperdiçando água no que diz respeito a lavagem de calçada e lavagem de

carro.

Passo a palavra aos nossos convidados, e peço, a todos, que façam uma explanação o mais breve possível.

Com a palavra o Sr. Ricardo Carlos Gaspar, representado o Sr. Secretário do Governo, Sr. Chico Macena.

O SR. RICARDO CARLOS GASPAR – Boa tarde a todos. Quero me colocar a inteira disposição para ajudar no que for necessário, por parte da Secretaria de Governo Municipal, a Administração como um todo, tenho maior empenho em colaborar nessa luta pela diminuição do consumo de água e pela superação da crise hídrica. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Eu quem agradeço, e repito a todos os participantes que façam a inscrição.

Pergunto ao Dr. Marcos Lucio Barreto, nobre Promotor de Justiça, se desejar manifestação em relação ao PL 529/14? (pausa) Por enquanto não. Muito obrigado! Agradeço desde já a presença.

Com a palavra o Sr. Miguel Reis, Secretário Adjunto.

O SR. MIGUEL REIS – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, público geral. Tomamos conhecimento desse projeto, de fato muito importante, está em tramitação, especialmente nessa época que estamos vivenciando, onde todos estão criando várias alternativas para poder poupar sua água individualmente, mas acredito ser mais um passo que o Legislativo dá, no sentido de criar uma política pública de modo a garantir condições para que a população não seja privada desse insumo. Então acredito que nossa participação vem no sentido de contribuir para o debate, tomamos conhecimento do teor do projeto, do substitutivo, e o que podemos fazer enquanto poder público, no sentido de criar essas

alternativas para toda a coletividade.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Todos os convidados foram anunciados. Como se trata de uma audiência pública e o objetivo maior é colher informações, caso cada um dos senhores queiram se manifestar, objetivo aqui é esgotar e obter o máximo de informações possíveis para enriquecer os debates.

Com a palavra o Sr. Epídio Ulian Jr., do CADEs, subprefeitura Santana/Tucuruvi.

O SR. ELPÍDIO ULIAN JR - Boa tarde à Mesa.

Cumprimento os Srs. Vereadores, o Sr. Presidente e todos os presentes.

Para falarmos de multa, acredito que, primeiro, precisaremos informar a população. Concordo plenamente com o PL. Não há dúvidas acerca da necessidade de imposição da multa, mas o momento dela, infelizmente, foi tardio. Ou seja, a nossa população, novamente, pagará pela irresponsabilidade da Prefeitura e do Estado, que faltaram conosco.

Então, temos viabilizados vários projetos, inclusive com relação à lavagem de carros que representa, realmente, um gasto terrível de água. Não só bastando o gasto de água, também são gerados resíduos poluentes, classificados pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, como resíduos perigosos. Temos legislação que proíbe esse descarte há anos, mas ela não é cumprida.

Também temos projetos, aqui, que levam a uma reeducação, que chamamos de Princípio dos Três Es. O nosso TCC foi baseado justamente nesse projeto. Os três Es seriam: Educação Empreendedora Ecológica.

Essa educação seria ministrada nas escolas, implantando-se na grade curricular a Educação Ambiental, porque isso que vivemos agora é apenas o início de uma crise e de um prévio colapso que enfrentaremos ao longo dos próximos anos. As obras que estão sendo feitas agora, todos sabemos, são uma incógnita, porque não sabemos daqui a um ano como é

que estará a condição das chuvas.

Agora, os nossos meteorologistas, os nossos geólogos afirmam com convicção que não teremos chuva suficiente para atravessarmos esse período. Então, contamos com um milagre que, de repente, pode não vir. São Pedro foi generoso neste mês conosco. Rezemos e agradeçamos, porque tivemos muita chuva e, agora, foram recuperados alguns milímetros do Sistema Cantareira. Isso não é motivo de vitória, nem para pararmos de refletir. Temos de avançar, sim. Temos de aproveitar este momento importante.

Faço minhas as palavras do Sr. Secretário de Recursos Hídricos, Benedito Braga: precisamos, juntamente com a sociedade, economizar água.

Faço, também, minhas as palavras do Prof. Antonio Donato Nobre, do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que tem feito trabalhos brilhantes com relação às perspectivas de chuva, que também é cético ao avisar de que esta cidade precisa de uma operação de guerra para combater esse problema da falta de água.

Clamo aos senhores: temos um projeto que será viável aos milhões, porque temos como mobilizar um exército por meio, justamente, de atividades empreendedoras. Então, tenho um projeto que, talvez oportunamente e não hoje, apresentaremos a esta Casa. Espero que tenhamos realmente resultados efetivos e práticos e não apenas a teoria do caos.

Muito obrigado pelo trabalho dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado. Anuncio a presença da nossa convidada, Dra. Roberta Batista Rodrigues, Professora de Engenharia Ambiental da Universidade Anhembi-Morumbi, Doutora em Recursos Hídricos, da USP.

Dra. Roberta, a senhora gostaria de fazer alguma consideração sobre o PL 529, que trata sobre a multa para quem lavar carros ou calçadas com água tratada?

A SRA. ROBERTA BATISTA RODRIGUES – Boa tarde a todos.

Acho esse PL extremamente importante. Em minha opinião, ele já deveria ter sido aprovado. Vejo-o, sim, como uma forma de educar. Trabalho com Educação e, muitas vezes, você fala, fala, fala, repete várias vezes a mesma coisa, mas só quando atinge um lado econômico que é um lado também meio emocional. Quando você atinge esse lado emocional de um aluno ou da pessoa fica muito mais fácil de assimilar a importância disso.

Então vejo isso como um passo extremamente positivo. Não só esse PL como todos os demais PLs que estão aqui. Li cuidadosamente todos eles e gostaria de parabenizar a Câmara por essa iniciativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, Dra. Roberta.

Passamos aos inscritos. Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Presidente Nacional e Mundial da Uni Cosmos, Trabalho, Sustentabilidade e Cidades, há 20 anos apresentamos um projeto de excelência quando S.Exa., o Governador Franco Montoro tomou posse, que foi para o Estado e o país usarem 40% da água do mar.

Isso seria possível porque numa conferência internacional que eu participava em Portugal, também há 20 anos, apresentei essa tese e o país de Israel já usa 30% da água do mar e na Espanha mais de 1,650 milhão já estão usando a água do mar até para beber. E aqui no Estado de São Paulo e demais cidades do país não foi feito um planejamento estratégico para o desenvolvimento hídrico do país, das águas. Por exemplo, só da Sabesp há um desperdício de 22% de água.

Outro projeto que apresentei na época de Franco Montoro foi a recuperação do Rio Tietê, da Billings e Guarapiranga, que era a construção de dois canais coletores, com a objetividade estratégica de entregar tanto os esgotos residenciais quanto industriais,

abrangendo todas as cidades que compõem o Alto Tietê. Aí sim, construindo as usinas de tratamento e depois da água tratada, devolveria a água para o rio.

Agora, em termos do PL 529, acho que é uma lei arbitrária em que a população, os usuários não podem arcar com essa multa arbitrária porque é um projeto até inconstitucional, devido a um descaso, a um “desplanejamento” do Estado, que aconteceu durante esses longos anos. Acho que é totalmente arbitrário. Defendemos uma política de campanha, de educação para o cidadão. Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Muito obrigado, Sr. Laerte.

Tem a palavra o Sr. Claudio Silva.

O SR. CLAUDIO SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Primeiro é importante frisar que no último ano não houve tema mais bem debatido na cidade de São Paulo do que o tema da água. Acho que as pessoas estão bastante conscientes e sabedoras da gravidade em que está a situação da água na cidade de São Paulo.

É lógico que só debater e só discutir por si só não educa e não faz com que as pessoas tenham hábitos que preservem esse manancial. Agora, acho importante criarmos mecanismos de defesa do manancial, de criar nas pessoas a conscientização de cuidar disso, cuidar de um bem importante para a nossa sobrevivência.

Só queria sugerir aos Srs. e Sras. Vereadoras que criassem também algum mecanismo de punição à Sabesp porque o que a Sabesp faz na cidade de São Paulo com relação a desperdício de água é um absurdo. É um absurdo uma estatal, uma empresa que é financiada basicamente com recursos públicos desperdiçar água como ela desperdiça na cidade de São Paulo, muitas vezes, inclusive, causando infiltrações em casas que as pessoas jamais vão conseguir recuperar e a Sabesp não dá conta de reparar esses danos também.

Então, eu tenho exemplo no meu bairro. No meu bairro houve 90 dias de água vazando no solo com inúmeros protocolos de reclamações na Sabesp, na ouvidoria da Sabesp, e a gente não tem retorno da Sabesp.

Eu queria sugerir aos Vereadores que criassem algum mecanismo na lei de punição à Sabesp também porque o responsável pelo desperdício de água não é somente a população. Sugiro também ao Ministério Público que fiscalizasse mais a Sabesp e buscasse formas de punir porque a Sabesp é um grande desperdiçador de água na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado.

Está presente o Sr. René dos Santos, nosso convidado para falar a respeito do PL 529/14. O Sr. René é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Sintaema. Sr. René, se o senhor quiser, pode fazer uso da palavra no microfone de apartes por dois minutos.

O SR. RENÉ DOS SANTOS - Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de participar desta audiência pública que é de suma importância. Agradeço em nome também de todos os trabalhadores da Sabesp que são eles que ajudam no dia a dia a enfrentar essa crise que estamos vivenciando e eles são parte da solução. Eles são essenciais para que possamos superar esse momento de crise.

Com referência ao PL 529/14, a Sabesp nos últimos anos tem investido milhões de reais em propaganda. Isso é fato. Se vocês pegarem o balanço da Sabesp, ela contratou atores famosos e esportistas para propaganda. A Sabesp investiu em propaganda e sempre falando: “Sabendo usar, não vai faltar”.

Essencialmente, não tocou no “x” da questão, na maneira racional, porque ela tinha de incentivar o consumo para cada vez lucrar mais. Isso é um fato. É uma contradição que se expõe neste momento. É necessário debater isso.

Acho que o projeto é importante, mas a multa é muito salgada para os trabalhadores, para a população. Você vai multar uma dona de casa em mil reais? Vai penalizar? E a Sabesp, quanto que vaza? O companheiro está certo. Será que ela vai ser fiscalizada e multada se vazar? Ela gasta milhões, milhares de reais no vazamento. Ela também é corresponsável. Se gastam esse dinheiro em propaganda, teria de ser para conscientizar a população do uso racional da água.

E a grande indústria será também penalizada? Os grandes consumidores? Os shopping centers? Então, tem de ver esse outro lado de penalizar também os grandes consumidores. Não podemos culpar a população dessa situação que estamos vivenciando senão vamos ver as caças as bruxas, como temos visto, vizinho brigando com vizinho, mulher quase sendo atropelada porque está lavando a calçada. Acho que tem de ter um programa de educação ambiental nas escolas, nos bairros, em todos os lugares, na televisão e todos os meios de comunicação incentivando e dialogando com a população, expondo a real situação que estamos vivenciando porque não tem outra saída.

Esse volume que encheu e conseguimos superar o segundo volume morto, daqui a pouco vamos beber essa água, não tem jeito, temos de economizar. Não tem outra saída a não ser uma economia de guerra, de conscientização da população.

Mesmo que amanhã ou depois os reservatórios voltem aos níveis normais, a população tem que usar a água de maneira racional. Então, acho que é uma coisa que vai ficar e a Sabesp vai ter que saber dialogar a respeito disso, não objetivando apenas o lucro dos acionistas.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Muito obrigado, Sr. Renê. Não havendo mais inscritos para falar sobre o PL 529/14, passo a palavra aos colegas Vereadores presentes. O primeiro a me pedir a palavra é o Vereador Natalini, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. NATALINI – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V.Exa. e os demais Colegas Vereadores, assim como os convidados e demais presentes. Esta é uma reunião de extrema importância, pois a Câmara Municipal está buscando cumprir seu papel diante dessa crise que vivemos, crise climática, de gestão e também de consumo exagerado da água. Portanto, há uma crise de gestão governamental das águas e uma crise de consumo por parte da população, pois consumimos muito mais água do que na verdade poderíamos consumir.

Sr. Presidente, louvo que a CPI tenha trazido à pauta, para discussão, o PL 529/2014; mas eu não poderia deixar de lembrar que tenho um projeto praticamente igual, o PL 737/2013, de um ano e meio antes, assinado por mim e pelos Vereadores Goulart, José Police Neto, Mario Covas Neto e Toninho Vespoli. Nosso projeto – que tramita nesta Casa há um bom tempo e já foi aprovado em primeira – é um pouco diferente do que estamos discutindo hoje. Hoje está muito em discussão se se deve multar ou não, qual deve ser o valor da multa *etc.*; esse debate está ocorrendo até entre os Vereadores. O projeto que fizemos diz o seguinte: a pessoa que for flagrada lavando calçada ou estacionamento *etc.*, enfim, jogando água potável fora, usando-a como vassoura; ou que for flagrada lavando carro com água potável, deve ser, em primeiro lugar, advertida. Deve ser dada uma advertência a ele, deve-lhe ser dito: “Isso é crime, o senhor não pode fazer isso porque a água está escassa, *etc.*”. Essa é uma primeira advertência, que inicia um processo educativo do cidadão. Numa reincidência, aí sim, virá a multa. A multa que sugerimos em nosso projeto, na época – que não era de plena crise hídrica como hoje -, era de 200 reais, com o valor em dobro na reincidência.

Esse valor da multa é algo que se discute. Penso que o importante é que nossa proposta aborda a população com outra visão, na perspectiva de dizer ao cidadão: “Você não pode fazer isso, não pode gastar água potável dessa maneira. Se você repetir, será multado”, o valor da multa podendo ser discutido. Muita gente se diz contra a multa. Não podemos ser contra a multa porque esse é um recurso que se usa em última instância quando a pessoa é

renitente em não obedecer, em não querer se conscientizar de que o problema existe. Porque, quando um cidadão gasta sem consciência, falta aos demais.

Só peço que nós, nesta discussão, levemos em conta também que, além do PL 529/14, que a CPI da Sabesp nos traz hoje, nós também temos um projeto praticamente de igual teor, mas anterior. Eu gostaria que esses projetos fossem organizados num só projeto.

Para terminar, Sr. Presidente, observo que há uma lista de 24 projetos de Vereadores sobre o tema água, alguns antigos. Eu mesmo aprovei nesta Casa, em 2004, uma lei. Se V.Exa. observar os caminhões que lavam as ruas, notará neles a frase inscrita “água de reúso”. Levei um ano e meio discutindo com os órgãos competentes, e essa lei pegou, em São Paulo não se lavam mais ruas com água potável. Então, é possível fazer leis que peguem desde que seja conversado com os órgãos sobre se elas são tecnicamente viáveis, imaginem a economia! Na última vez que calculamos, havia bilhões e bilhões de litros de água potável economizados com essa simples lei.

Então, nós podemos sim. A Câmara, meus queridos colegas Vereadores e os senhores e senhoras que estão aqui, ela tem como colaborar.

Então, Vereador, diante dos 24 projetos de lei que têm aqui – inclusive, o último é do Vereador Laércio Benko, o PL 44/14, que altera o código de obras – só eu tenho seis projetos sobre a questão da água.

Alguns de agora, outros que já estão tramitando aqui há dois anos, dormitando no andamento.

Então, para terminar – não vou voltar a falar, pois queremos mais ouvir do que falar –, minha proposta é a seguinte: que dividamos esses 24 projetos em três blocos e façamos uma consolidação em três projetões, que serão viáveis de aprovação, de sanção do Sr. Prefeito e regulamentados e postos em prática.

O primeiro bloco de projetos é que vai alterar o código de obras. São seis ou sete projetos que alteram o código de obras. Nós juntaríamos todos eles num projeto só. Não vou

detalhar cada um aqui, pois ficará muito longo e eu não quero abusar do meu tempo.

Então o primeiro bloco seria juntar, fazer um projeto de todos os projetos dos Srs. Vereadores que alterem o código de obras. Há projetos muito bons aqui e que vão ajudar economizar água, de verdade.

O segundo bloco de projetos, que acho poderíamos também reunir, englobam aqueles que dispõem sobre água de reúso, aproveitamento de água de chuva, aumento de água de reúso. Por exemplo, temos uma proposta, Srs. Vereadores Laércio Benko, Ricardo Young, Reis e Conte Lopes, para que a Prefeitura só contrate obras e serviços de empresas que oferecerem, no edital, água de reúso.

Tem empresa de lixo que lava seus caminhões com água de reúso, mas outras ainda lavam seus caminhões com água potável, nobre Vereador Mario Covas Neto, que está aqui conosco também.

Por isso, acho que não pode, vejam, empresas, todas, que lavam caminhão de lixo têm de usar água de reúso.

A Sabesp tem capacidade para triplicar a produção de água de reúso, que está subutilizada. É uma água que não vai inferir na água potável. Então, água de reúso e água de chuva. Tem um bloco de projetos que tratam disso e esses nossos projetos poderiam estar entrando – como são de economia de água – nesse segundo bloco.

E o terceiro, e último bloco, que é algo mais complexo, pois depende de legislações federal e estadual, acho que nós – Município – não podemos nos furtar dessa discussão e de normatizar – obviamente dentro das leis federais e estaduais – no Município. A Prefeitura, o Poder Público, a Câmara Municipal, têm de tomar a iniciativa. E o que é isso? São essas águas subterrâneas, de milhares de prédios de São Paulo, que perfuram o lençol freático, que vai lá no fundo, a água aflora e joga água na sarjeta para água ir embora, pois é proibido usá-la.

Estou com uma portaria, do DAEE, proibindo usar essa água. É proibido. Mas isso, com a crise que estamos, jogar milhões ou bilhões de água fora, proibindo usar uma água –

que não pode beber nem cozinhar – que pode ser usada para outras coisas.

Então o terceiro bloco são as águas subterrâneas, não só as que afloram do lençol freático, mas também o problema da exploração dos poços artesianos de São Paulo, que é uma farra do boi. É algo descontrolado, é água praticamente roubada do subsolo, de forma descontrolada, por muitas empresas, e mesmo pessoas, na cidade de São Paulo. Em minha opinião, o terceiro bloco é das águas subterrâneas.

Para terminar. Primeiro bloco, alteração de código de obras, por exemplo: hidrômetro individualizado, os vasos sanitários econômicos, enfim, código de obras, há muitas outras coisas, mas não vou dizer todas aqui; segundo, água de reúso, água de chuva e a economia de água, aliás, que é esse projeto que está em pauta e o nosso projeto de 2013 que trata de usar a mangueira como vassoura; e o último, que é o tratamento de águas subterrâneas, daí tem de haver uma tratativa com o Estado e com o Governo Federal para que a Prefeitura tenha um programa que possa ser, obviamente, adaptado às leis.

E, por último, Sr. Presidente, a Câmara tem de sair e trabalhar na defesa e na recuperação das áreas de mananciais.

Sobrevoei, sábado passado, a Guarapiranga e a Billings, por minha conta, eu vi o que tem de invasão nova à beira dessas duas represas. Eu vi, com meus olhos, em cima do helicóptero.

Então vi, fotografei e está filmado, com a TV Câmara, para quem quiser ver.

Acho que nós também devemos fazer legislação municipal, obviamente, dentro das nossas competências, pois, se assorear de vez, com às margens da represa. Aí sim, vamos ver, como diz o ditado popular: “Aí a porca torceu o rabo”.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Muito obrigado, nobre Vereador Natalini.

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Muito obrigado, Sr. Presidente. Saúdo a todos que estão aqui nesta audiência pública. É interessante vermos que, quando a situação aperta, de fato, todo mundo fica alarmado com uma situação que nós já conhecíamos há muito tempo. Como disse o nobre Vereador Natalini, já foi objeto de legislações anteriores, mas agora, diante da crise, parece que há uma consciência profunda, de que muitas coisas devem ser feitas. O problema é tomarmos muito cuidado com o açodamento e não começarmos a tomar uma série de medidas que estejam desarticuladas com os movimentos da sociedade civil, com o conhecimento técnico tanto dos órgãos estaduais e municipais quanto da universidade.

Então, acho que nós precisamos ter uma preocupação, sobretudo de resolver um problema central nessa questão dos serviços ambientais. Falo de exaurirmos os serviços ambientais do entorno das grandes cidades e nos conscientizarmos, de uma vez, que as soluções só serão viáveis se as grandes cidades conseguirem reconstituir os serviços ambientais destruíram. Esse é o grande desafio, que começa pela água. A cidade de São Paulo precisa começar a produzir água, e essa produção de água passa por uma série de medidas, tanto a revisão do Código de Construções como também a revisão de toda a legislação que nós temos.

Temos que introduzir o hábito da coleta de água sistematicamente, usando a água pluvial. Nós precisamos repensar toda a nossa atitude em relação à água. Nesse sentido, com uma contribuição, nós estamos apoiando uma iniciativa muito importante, a democracia OS, uma iniciativa do *Open Knowledge* com a Fundação Avisa, que é a criação de um mecanismo de acompanhamento da população em relação à legislação que está sendo discutida aqui na Câmara, de forma a aproximar a contribuição dos movimentos sociais à legislação que está sendo debatida aqui.

Como todos estão vendo, a Câmara mobilizou-se nos últimos dois ou três meses, e antes um pouquinho mais, com a CPI da Sabesp, em relação à questão da água, quando isso

deveria ser contínuo na Câmara, como tem sido na sociedade. Então, em função dessa questão e da necessidade de não haver uma desarticulação entre sociedade civil e Câmara Municipal, estamos colocando, no ar, nessa próxima terça-feira, essa ferramenta chamada democracia Oeste, que selecionou, de todos esses PLs que estão sendo discutidos aqui, os PLs 44/2014, o 529/2014, o 870/2014 e 217/2014, como os PLs que melhor contribuem para a Cidade, de acordo com os seguintes critérios: importância para a Cidade, impacto no dia a dia do cidadão, importância pedagógica, impacto para resolução dos problemas e viabilidade de aplicação. Então, esses foram os quatro PLs solucionados pela Curadoria do projeto, que têm o melhor impacto para a Cidade, que estão sendo colocados à disposição, para que os senhores e população de São Paulo possam contribuir, para que nós possamos tomar a melhor decisão possível e a mais aderente possível a esse incrível movimento de cidadania que está ocorrendo na Cidade, em função da crise.

Destaco o papel que a aliança pelas águas está desempenhando, principalmente as lideranças, representadas pela Sra. Marluce.

O Cesar Pegoraro e outros que estão mobilizando essa cidade, estão conseguindo trazer a discussão para o melhor nível técnico e, ao mesmo tempo, fazer um trabalho pedagógico com a população em relação às coisas que precisam ser feitas.

Na plenária, faremos ainda nessa semana uma leitura de todas as recomendações que a aliança das águas está fazendo para a população em geral. Recomendação essa, Sr. Presidente, que eu gostaria de reiterar que foi feita ao Conselho da Cidade, foi entregue ao Prefeito e o Prefeito se comprometeu a dar um retorno e até hoje não deu o retorno. Então, é muito importante que estejamos atentos, primeiro, a que todo o processo legislativo seja aderente aos movimentos da sociedade. Segundo, que a sociedade tenha um instrumento legítimo e consistente para acompanhamento dos trabalhos legislativos para que a gente não perca tempo aqui. UPLs que não tenham consistência, que não tenham aplicabilidade e que possam efetivamente fazer a diferença. E quarto, fazer uma aliança entre a sociedade civil e

setor público no sentido de dar visibilidade e expressão a todos esses avanços que movimentos como a Aliança pela Água, o Parque dos Búfalos. Estou vendo a liderança do Parque dos Búfalos, o Edlei Rosa.

Se vocês virem a sentença exarada pelo juiz há dois dias atrás sustando a construção prevista para o Parque dos Búfalos, mostrando que aquilo é um crime, que a construção naquela área de manancial é um crime. Ele usa em toda a argumentação dele o drama que a Cidade vem tendo em relação aos despropósitos em relação aos nossos mananciais e às nossas fontes hídricas.

Parabéns, também ao movimento do Parque dos Búfalos que conseguiu mostrar a Cidade que não podemos continuar esse adensamento irresponsável das areias de mananciais, como o Vereador Natalini acabou de falar.

Concluindo, vocês devem ter visto essa semana também no *Estadão* e na *Folha* uma reportagem sobre as 30 milhões de árvores necessárias para a recomposição das matas ciliares do estado de São Paulo. Apesar do programa de matas ciliares, nós não atingiremos nem 18% do esforço necessário para as 30 milhões de árvores que precisam serem plantadas.

Devemos estar atentos a isso. É possível se regenerar os serviços ambientais e se regenerar a produção de água na cidade, no entorno da Cidade, no Estado se houver uma grande mobilização de toda a sociedade para isso. É importante que trabalhemos em conjunto e desenvolvamos as ferramentas necessárias para que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra o nobre Vereador Marquito.

O SR. MARQUITO – Boa tarde a todos. Fiz questão de estar aqui presente e dizer também ao Vereador Natalini que estou ao seu lado porque concordo com a sua ideia e muitas pessoas têm a mesma ideia que a sua e a minha também. Estou apresentando uma emenda dizendo de uma proposta no sentido de o cidadão que deve ser conscientizado na gravidade

dos seus atos e não penalizado. Por quê? Penalidade que só se faz relevante nos casos de reincidência onde fica configurado o total desinteresse em colaborar com o problema que todos nós estamos passando. Dessa forma justifica-se a importância da emenda e conto com o apoio de todos os nobres pares na aprovação. O cidadão deve ser avisado primeiro para ter essa multa. Era isso que queria dizer a todos vocês. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra o nobre Vereador Reis.

O SR. REIS – Cumprimento o Presidente Laércio Benko, os Vereadores Ricardo Young, Natalini, Mario Covas, Mario Covas, Marquito, Conte Lopes e os demais presentes.

Sr. Presidente, nesta Casa se debate muito sobre a questão da água. Aliás, desde o primeiro dia em que coloquei o pé nesta Casa, já participei de vários debates sobre a questão da água. Com os nossos Vereadores ambientalistas, Natalini e Ricardo Young, tive oportunidade de participar de vários debates na TV Câmara sobre essa questão. Esta Casa passou os anos 2013 e 2014 nesse debate, e a mídia noticiou diariamente os níveis dos reservatórios, ou seja, há muito tempo que vínhamos tendo conhecimento de que a água estava acabando, de que não haveria mais água, de que faltaria água.

Parabenizo V.Exa. por ter tido coragem de protocolar este pedido de CPI para averiguar a questão do contrato da Prefeitura com a Sabesp bem antes do processo eleitoral. Percebia-se que o governo não tinha coragem para falar de frente para a sociedade da necessidade de economizar água. Obviamente, passado o período eleitoral, contabilizaram-se os votos e agora, mais ao final do ano, por meio da mídia, tomamos conhecimento de que teríamos que passar por um rodízio de cinco por dois, cinco sem água, dois com, ou quatro por um, quatro dias sem água, um com, e assim por diante. Isso alarmou a população, que saiu comprando caixa d'água, passou a guardar água em garrafas PET, em baldes e em bacias, medidas que podem trazer riscos à saúde pública por conta da dengue.

Obviamente também, todos esses acontecimentos levaram a este debate, e a CPI produziu um projeto, PL 529/14, que estabelece penalidades às pessoas que não usarem a água adequadamente. Até acho que a população está economizando e, diferentemente do governo, está fazendo a lição de casa, mas a solução que encontramos é uma multa. Por isso, entendi que deveria haver esta e mais outras audiências públicas, porque acho que as pessoas que aqui vieram não lavam carros nem quintal. Temos que ouvir a população, o povo, se realmente ele está de acordo com essa multa. Os técnicos, nós e outras pessoas podemos até estar de acordo, mas é a população que vai ser penalizada por uma ausência de resposta do Estado.

Andando por aí, vemos que é verdadeiro o que foi falado aqui. Encontro muitos vazamentos não só de água como de esgoto na periferia. Já imaginaram, na porta de nossa casa, uma tampa de bueiro, levantada e correndo esgoto o tempo todo durante um, dois, dez, quinze, trinta dias? A população liga para a Sabesp, que leva todo esse tempo para arrumar. Já pensaram isso acontecer no Morumbi, nos Jardins, na Chácara Flora? Isso acontece no Capão Redondo, em Guaianases e na Brasilândia.

Ontem, estive em Parelheiros, numa diligência da CPI, convocada por mim. Estivemos lá com a TV Câmara, com técnicos da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, com a Guarda Ambiental, constatando onde se produz a água, a situação dos mananciais.

Além de não ter feito esse alerta à sociedade, não há uma política de preservação dos mananciais. O ribeirão da Cratera de Colônia está cheio de esgoto, desmatado. No bairro Vargem Grande, o ribeirão que parece mais uma fossa a céu aberto sendo que ao lado desse ribeirão há uma estação elevatória de esgoto da Sabesp.

Fui até Engenheiro Marsilac, onde não há água encanada, não há rede de esgoto. As pessoas retiram a água de poços que estão contaminados, e não há uma política de saneamento a essas famílias. “Ah, mas não pode levar água lá”.

O governo não pode só proibir, ele tem de criar uma política para resolver o

problema daquelas famílias, pois essas pessoas não podem ficar sem água. Como vi ontem, havia um reservatório no meio do mato, abastecido por uma mina e várias bombas vibratórias que levam a água até a casa daquelas pessoas. Ao lado, esgoto a céu aberto, com risco de contaminação, com risco de dengue. Depois essas pessoas vão superlotar os postos de saúde, justamente porque uma legislação do Estado proíbe levar saneamento para essas localidades.

Então acho que temos de pensar com mais responsabilidade que as pessoas que naquele local têm direito a água potável e a coleta do esgoto.

Não podemos encontrar aquele ribeirão de Engenheiro Marsilac naquela novamente, porque ele vai parar nas grandes represas Guarapiranga e depois na Billings.

Conforme já foi mencionado, a *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria sobre o desmatamento que há em torno das represas. Não basta esperar a água cair do céu. Para que continue brotando água do manancial, tem de haver uma política de responsabilidades, de plantio de árvores, de reflorestamento, para reconstruir tudo o que nós, homens, destruimos na natureza.

Ainda não tenho certeza se votarei a favor deste projeto. É importante que haja mais audiências a respeito. Acho que duas audiências ainda é pouco. Temos de promover audiências na periferia, nos bairros onde há problema de falta d'água, para ouvirmos justamente as pessoas que estão sendo vitimadas por todo esse processo que vem ocorrendo progressivamente, que não começou agora, e que há muito tempo estamos denunciando nesta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, nobre Vereador Reis. Anuncio a presença do Vereador Coronel Telhada, agora Deputado eleito.

Tem a palavra o nobre Vereador Mario Covas Neto.

O SR. MARIO COVAS NETO – Boa tarde a todos os presentes, Srs. Vereadores, colegas, ouvintes, a torcida que o PT faz para que o rodízio aconteça é imensa. Eles falam nesse rodízio desde o ano passado, durante a campanha, e continuam falando.

Apesar de toda essa torcida, o rodízio não aconteceu, e queira Deus que não venha a acontecer. Mas eles estão torcendo, porque isso fará com que eles digam que o Governador Geraldo Alckmin, durante a campanha eleitoral, afirmou que não haveria rodízio.

Então ele mentiu e porque mentiu ganhou a eleição, e não deveria ter ganhado porque deveria ter falado a verdade. Muito interessante. O rodízio não aconteceu, e ele não mentiu.

Mas agora eu acho apropriado dizer que, à época da eleição, a nossa Presidente reeleita disse que não mudaria os benefícios sociais, trabalhistas: nem que a vaca tussa! Foi o que ela disse. Pois bem, a primeira coisa que fez foi modificar, e não para os perdedores do PT porque todos eles foram empregados na Prefeitura do Município de São Paulo para serem secretários municipais. Só valeu para a população. Isso sim é uma promessa, é mentira que foi dita na campanha e, assim que ganhou, ela modificou.

A respeito de um fato recorrente, eu sempre escuto que a Sabesp que o Governo do Estado de São Paulo não se preparou adequadamente para enfrentar essa crise. Pois bem, a CPI da Sabesp recebeu uma quantidade razoável de técnicos. Tive a oportunidade de perguntar a eles qual era a obra, qual a ação que a Sabesp deveria ter feito e não fez nesse período. Sabe qual foi a resposta? Nenhuma! Não há qualquer ação que a Sabesp devia ter adotado e não o fez. Desafio às pessoas a falarem de uma obra que teria de ter sido feita, inclusive os que ficam pregando sobre isso, a todo o momento.

Agora, quanto ao PL mais especificamente, afirmo que num primeiro momento foi dado benefício às pessoas que economizassem água. Ora, para uma empresa que vive do lucro da venda de água, pedir que as pessoas economizem e dar um bônus devido à economia para ficar ainda mais barato o consumo, esse foi um primeiro passo. Isso foi aceito por grande

parte da população, mais de 70% da população adotou essa economia e felizmente o consumo foi muito menor nesses últimos tempos. No entanto, hoje não há instrumento de caráter legal permitindo ao poder público obrigar as pessoas a economizarem. O objetivo do projeto de lei é dar essa possibilidade; o objetivo do projeto é apenas e tão somente multar as pessoas que gastam em excesso, e não penalizar aqueles que se utilizam da água, mas àqueles que utilizam de forma desordenada, inconsequente. Não vejo problema que haja, num primeiro momento, uma advertência. Mas é preciso que o poder público tenha um instrumento legal para coibir o excesso, o mau uso. Esse é o objetivo. Fico muito feliz que há um grande esforço nesta Casa para contribuir e assim minimizarmos esse sofrimento. Todos os projetos de lei, como já afirmou o Vereador Natalini, que dizem respeito ao assunto consumo ou algo relativo à água, estão sendo analisados. Está havendo um grande esforço para que esta Casa dê a sua contribuição para a cidade de São Paulo ou para o Estado de São Paulo e então economizarmos esse bem tão precioso.

Lembrem-se de que a multa é apenas para água tratada. Para água de poço ou de reuso, evidentemente, não será aplicada multa.

E mais, o projeto de lei está merecendo ser alterado porque há outros usos da água, que não se limitam às calçadas ou aos automóveis, como por exemplo, na mistura do cimento para ser usado na construção civil ou água para regar jardins, etc, que podem ser feito por outro tipo de água, que não a tratada. A água tratada, neste momento, tem de ser priorizada para o consumo humano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko - PHS) – Registro a presença do Vereador Police Neto. Passo a palavra ao Vereador e Deputado Estadual Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA (PSDB) - (Pela ordem) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Vereadores e demais presentes, que saúdo na figura do nosso querido amigo Rochel de Oliveira.

O assunto é de grande importância, porquanto todos nós somos vítimas. Chegamos ao ponto de ter problema de água praticamente a quase todo o território nacional, não apenas na Cidade ou no Estado de São Paulo. Há mais de 25 anos vem se avisando que esse chegaria esse dia, e a grande maioria das pessoas nada fez para evitá-lo.

Ouvia as falas dos nossos Colegas que nos precederam, Vereadores Ricardo Young, Natalini, e foi muito bem lembrado que o grande responsável por essa falta de água, não apenas devido ao clima, que tem sido instável, mas à falta de conservação da nossa fauna, da nossa flora, da nossa natureza, que tem sido violentada ao longo desses 500 anos de história, e, principalmente, nos últimos 100 anos aqui em São Paulo. Aliás, para não falar só de São Paulo, todo mundo sabe o que está acontecendo na Amazônia. E o resultado é esse: chegamos a um ponto em que ou arrumamos a situação ou todos nós vamos perecer.

Aqui não vou entrar numa luta partidária – se é PT, PSDB, PP, “PPP”, qualquer P da vida aí –, porque não vai resolver o assunto, e temos de chegar a uma solução. O problema não é só em São Paulo. Tive a oportunidade de sair agora em janeiro, durante o nosso recesso, passei no Rio Paraná, que está quase dez metros abaixo do nível; no Rio Grande, na divisa de Mato Grosso e Minas Gerais, estava 15 metros abaixo do nível. Então não é só São Paulo. O problema é geral. E São Paulo, a Cidade, sofre principalmente devido aos 12 milhões de habitantes. Então chegamos a um momento crucial na nossa Cidade, e precisamos tomar uma atitude para tentar conter o que está havendo.

Eu sou policial militar, todos os senhores sabem disso, e nós sabemos que o nosso povo, talvez até por falta de cultura e educação, leva tempo para entender o problema. E, muitas vezes, os governos federal, estadual e municipal se veem obrigados a tomar atitudes desagradáveis, se vê obrigado a mexer no bolso do cidadão, para que ele entenda que não pode fazer aquilo. Isso não agrada ninguém, tampouco aos Vereadores. Ninguém aqui tem

prazer em punir por falta de água. Mas, infelizmente, nós, que somos policiais, eu, o nobre Vereador Reis e o nobre Vereador Conte Lopes, trabalhamos nas ruas, e sabemos, muitas vezes, que, quando chamamos a atenção, orientamos uma, duas, dez vezes, e, enquanto não tiver uma reprimenda mais forte, pecuniária ou outro tipo de atitude, a pessoa não se emenda. Então é muito bonito todo mundo vir falar: “Não, eu não concordo em punir o cidadão”. Eu também não concordo em punir o cidadão, mas alguma coisa precisa ser feita. E temos andado em São Paulo e temos visto o desperdício. E não são só pessoas lavando calçadas, mas torneiras abertas, canos furados. Hoje passou uma matéria na televisão, acho que na zona Sul, em Americanópolis, se não me engano, que estourou uma caixa d’água, um reservatório, e se perdeu muita água, inclusive havendo uma enchente nas casas próximas. Então é necessário fazer alguma coisa. É necessário que a população acorde para a população. Mas é necessário que as autoridades e os órgãos competentes também acordem, porque falharam ao longo desses anos. Eu acho que nunca é tarde para começarmos a reverter essa situação. Agora, esse projeto em votação, quanto à punição ou não do cidadão, realmente é muito polêmico, vai trazer algum debate para a Casa, além dos outros projetos. Eu não sou favorável, nunca puni ninguém, mas tem situações em que infelizmente o cidadão tem de ser chamado à razão de uma maneira mais forte. Aqui temos promotores, várias autoridades que trabalham com a lei, e sabem que às vezes a reprimenda é para que sirva de exemplo para que os outros não façam. Então é muito bonito fazer um discurso “não concordo”. Eu também não concordo, mas, infelizmente, tem horas em que o governo é obrigado a tomar essa atitude. O Governo Estadual já fez isso, foi desagradável; o Governo Municipal agora planeja fazer, e vemos que é uma situação desagradável, mas eu, infelizmente, ao longo de 35 anos de carreira, trabalhando nas ruas, não vejo outra situação que não seja uma atitude mais forte junto à população, e que aquela pessoa que venha a cometer tal deslize seja punida de maneira exemplar.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente. Sucesso na discussão dos demais

projetos, e muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko - PHS) – Obrigado, nobre Vereador Coronel Telhada. Tenho certeza de que esse assunto será objeto do seu trabalho também na Assembleia Legislativa, como excelente deputado que tenho certeza que será.

Passo a palavra ao nobre Vereador Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos acompanha, autoridades do Ministério Público, estava acompanhando a audiência e quero dizer que também apresentei um projeto de lei que dispõe sobre a utilização de instalações sanitárias mais econômicas, mexendo no Código de Obras.

Acompanhei todo o discurso e votei contra a multa, porque não entendi o que foi dito aqui. Para que a Sabesp faz propaganda no programa do Datena? Há jeito de comprar outra água em outro lugar? Da mesma forma não sei por que a Petrobrás faz propaganda no *Jornal Nacional*, assim como os Correios. Alguém consegue mandar uma carta sem ser pelos correios? Qual o motivo de se gastar milhões e milhões ou bilhões em propaganda dos Correios, da Petrobrás ou da Sabesp?

Por que estou falando isso? Nesta Casa há especialistas nessa área como o Ricardo, o Natalini. Num desses dias, acompanhando um noticiário, vi que Tóquio desperdiça 2% de água. E nessa matéria que acompanhei, os japoneses estavam retirando do solo canos bons e substituindo por melhores para evitar vazamento. Agora em São Paulo e no Rio de Janeiro, a perda é de 30%. Conseguimos perder 30% de evasão de água? Quer dizer, vamos tomar como exemplo o reservatório da Cantareira. Se ele estivesse cheio, 30% seria desperdiçado sem ninguém usar? Como é que pode? Não consigo entender. Talvez alguém consiga me explicar isso. Os japoneses estão trocando os canos e perdem 2%. Trocam os bons por melhores e novos e nós estamos perdendo 30%.

O que isso representa? Que vamos realmente multar a pessoa que está jogando uma água? Pode até multar, mas primeiro vamos educá-lo. A pessoa pode não ter sido educada nesse sentido nas escolas. Muitos nem sabem o que está acontecendo, infelizmente. Achamos que todo mundo tem o mesmo nível nosso. Se soubessem seria fácil, até politicamente falando. Por isso que vemos palhaço com um, dois ou três milhões de votos. Deve ter os seus motivos. Depois o eleitor vai querer que a pessoa o represente? Como vai ser? É meio difícil essa situação.

Votei contra a multa por isso. Nessa matéria que vi ontem, Tóquio perde 2% de evasão de água e aqui 30%. O que isso representa diariamente ou diuturnamente em São Paulo?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, Vereador Conte Lopes. Não há mais oradores inscritos para falar a respeito do PL 529/2014.

Antes, quero fazer um pequeno arremate, na condição de um dos autores desse projeto. Quero deixar bem claro que concordo plenamente com o texto original desse projeto no que diz respeito à tipificação do ato a ser multado. Qual seja? Usar água tratada para lavar carro e para lavar calçada. O projeto votado em primeira instância prevê essas duas questões que são facilmente mensuráveis e as opiniões em contrário não há o que se falar a respeito. Mas não há o que se falar em educação para esse tipo de assunto. Qualquer pessoa, com o mínimo de consciência, sabe que não dá para lavar carro e não dá para lavar calçada com água tratada.

E não é agora nesse período de crise hídrica. Em 2011 quando os reservatórios estavam cheios, isso já era errado e a Câmara Municipal, àquela época, já deveria ter feito uma lei nesse sentido ou até antes ainda.

Por isso a atitude que se pretende punir, que é lavar carro e lavar calçada, é

absolutamente identificável, é de fácil compreensão. Os nossos fiscais têm absoluta capacidade para identificar se a água utilizada é da Sabesp ou não. E creio que não há nenhuma controvérsia de que é errado a pessoa usar esse tipo de água e que todo mundo sabe disso.

Agora, se nós avançarmos um pouco mais, falando sobre desperdício de forma genérica, a coisa fica um pouco mais complicada, porque poderemos entrar no mérito. “Ah, mas a Sabesp também desperdiça, não-sei-quem mais desperdiça.”.

As duas únicas atitudes penalizadas são questões que, na minha modesta opinião, merecem ser penalizadas diretamente.

O restante do projeto de lei, como a multa de mil reais, se quiserem discutir – creio que merece ser discutido – com relação ao valor, até aceito discutir. O valor pode ser diminuído, não há problema. Mas a multa imediata sobre quem lava carro e calçada com água tratada penso que o mínimo de bom senso determina que deve ser aplicada a multa sobre essas pessoas inconscientes, pois desrespeitam aqueles que tratam bem a água, que merece ser usada de forma racional.

Sou um dos maiores críticos da Sabesp, sou o proponente da CPI, entendo que a Sabesp geriu muito mal a água, o estoque e o produto, nos últimos anos.

De 2004 a 2014, o desperdício da Sabesp, somando vazamentos e furtos, registra um índice de 30%. Nesse período não houve 1% sequer de diminuição. Portanto, não há o que se falar em eficiência da Sabesp, que será punida provavelmente após a apresentação do relatório pela CPI, porque já há várias cláusulas contratuais, do contrato celebrado entre a Sabesp e a Prefeitura, que merecem ser revistas.

Só lamento, diante de um assunto tão sério, surgirem algumas acusações ente PT e PSDB, um querendo falar de um assunto, jogando a culpa no outro. É sempre muito confortável para o PT ter o PSDB para jogar a culpa e vice-versa. Tenho certeza que, infelizmente, se o PT e PSDB administrassem o deserto do Saara em pouco tempo acabaria a

areia, devido à eficiência que têm demonstrado na administração da Petrobrás e da Sabesp.

Não havendo mais inscritos e nada mais a ser tratado sobre o PL 529/2014, dou por encerrada esta audiência pública.

- Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Ato contínuo, abrimos a segunda audiência pública. São vários projetos de lei, lerei o número e a ementa.

Aqueles que quiserem podem inscrever-se.

Projeto de Lei 323/2010, cria o programa de reuso de água em postos de gasolina e lava-rápidos no município de São Paulo, e dá outras providências. Autor: Vereador Dalton Silvano, do PV.

Projeto de Lei 185/2011, estabelece a proibição do descarte de óleos e gorduras vegetais ou animais na rede coletora de esgotos e águas pluviais no município de São Paulo, e dá outras providências. Autor: Vereador Eliseu Gabriel, do PSB.

Projeto de Lei 737/2013, dispõe sobre o uso de água potável na limpeza de calçadas no âmbito do município de São Paulo, e dá outras providências. Vários autores.

Projeto de Lei 44/2014, dispõe sobre o reaproveitamento de água pluvial nas escolas públicas municipais, e dá outras providências. Autor: Vereador Laércio Benko, do PHS.

No caso do meu projeto, quero fazer justiça, apesar de ser de minha autoria é inspirado na aluna do Parlamento Jovem, de 2013, apresentado Camila de Cássia de Figueiredo Uglar, do Colégio Comunidade. Considerei interessantíssimo esse projeto no Parlamento Jovem e decidi apresenta-lo.

Projeto de Lei 267/2014, altera o Código de Obras, Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1999, acrescentando o item 14.3 ao seu Anexo I, para dispor sobre a utilização de instalações sanitárias mais econômicas em relação ao consumo de água e dá outras providências. Autor:

Vereador Conte Lopes, do PTB.

Pergunto, em primeira mão, se os nossos convidados têm interesse em manifestar-se sobre os projetos citados.

Pois não. Pode fazer uso da palavra

Com a palavra o Sr. Elpídio Ulian JR, do CADEs da Subprefeitura Santana/Tucuruvi.

O SR. ELPÍDIO ULIAN JR – Novamente voltamos à tribuna para manifestar a nossa, não indignação, mas concordo com a colocação do nobre Vereador Conte Lopes, que realmente os nossos princípios são pela educação, a punição vem depois. A partir do momento que você informa, educa, você não cria um cidadão que venha a ser infrator. Pelo contrário. Ele fica consciente, claro que com todas suas dificuldades, que temos de educar, mas o caminho é educação, por isso que reforçamos os projetos educacionais, ambientais nas escolas. Pautados nos princípios da agenda 21, que são, realmente o ícone da mudança pragmática em nosso País, da ECO 92, que já deveriam estar bastante avançados e não estão.

Vou fazer uma breve analogia com relação a esses projetos. São extremamente importantes. Esses descartes de água, de poços, de lavagem que são resíduos altamente contaminantes com metais pesados, isso daí já deveria estar proibido. É um agravante e as pessoas hoje em dia, pouco informadas que foram, elas evitarão e assim todos nós ganharemos com bilhões de litros de água economizados e bilhões de resíduos que não serão gerados pelo simples fato de se educar. Temos uma das maiores frotas de carro do mundo. Podemos transformar essas pessoas em agentes informados e a mudança de comportamento virá com certeza, isso é um ponto passivo. Temos discutido muito em várias instâncias esses projetos e eles são viáveis sim, a partir do momento em que o poder público entrar com a informação, essas propagandas milionárias gastas por empresa que tem como visão e ótica o lucro, deveriam ser voltadas para a conscientização do cidadão.

Para finalizar, vou fazer uma analogia e gostaria de dar bastante ênfase porque na

noite de 14 de abril de 1912, o maior Transatlântico do mundo estava cruzando as águas do Atlântico. Falo do Titanic. O Titanic foi um exemplo de como o homem subestima a natureza. Isso ficou bem claro após sua tragédia. Depois de vários alertas contra geleiras que se aproximavam, eles zombaram, isso está gravado, das informações precisas de tão arrogantes que foram os homens, em acreditar que o navio era indestrutível e precisava bater os recordes de velocidades. Resultado: os barcos a vapor que foram superados momentaneamente se tornaram um ícone de como a prudência leva ao resultado final. E nessa noite quando se depararam com iceberg todos eles tiveram a certeza de que estavam errados. Dentro dessa analogia que e estou fazendo, de que fomos avisados, nós também, estamos mais ou menos no mesmo patamar. Estamos sendo avisados pela natureza, as instabilidades climáticas são globais, não são regionais, é um movimento a típico, e isso está provado, mas nossas atitudes são infames perto da gravidade do problema, e o resultado da minha analogia, foi que o navio mais caro, mais luxuoso e mais soberbo do planeta, sucumbiu, em sua primeira viagem, matando mais de 1500 pessoas. E nos instantes finais, quando os motores pararam e o navio começou a se aproximar, foram alguns minutos que o homem viu que ele realmente tem de respeitar a natureza e dessa analogia espero que fique uma lição muito grande, para nós aqui, na maior cidade da America Latina.

Senhor Vereador já batemos no Iceberg e estamos à deriva. A pergunta que faço agora, para esta Casa, vocês irão nos salvar? Parabéns pelas leis. Estou muito otimista com o trabalho dos senhores. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Obrigado, Sr. Elpídio.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Nigro, Presidente da ATA – Associação dos Transportadores de Água.

O SR. MARCELO NIGRO – Boa tarde. Chamo-me Marcelo Nigro e sou Presidente

da Associação dos Transportadores de Água do Estado de São Paulo.

Agradeço a oportunidade que esta Casa nos dá a fim de esclarecermos alguns pontos relacionados à maior crise hídrica que São Paulo já conheceu.

Com a licença do nobre Vereador Mario Covas Neto, aproveitarei o preâmbulo da fala de S.Exa. para dizer o seguinte: “A mídia vem discutindo amplamente os contratos que a Sabesp mantém com os grandes consumidores. Esses contratos foram criados, pela Sabesp, para os grandes consumidores e têm como objetivo que a Sabesp detenha o fornecimento de 100% da água dos grandes consumidores e receba em troca, dessa fidelidade, um valor negociado que pode chegar a 40% apenas do valor do metro cúbico da própria tabela da Sabesp.

Atualmente, esses contratos obrigam os grandes consumidores a se abastecerem apenas de água da Sabesp. Contudo, neste momento, o contrato da Sabesp não se obriga a fornecer a quantidade acordada em contrato. Essa situação vem gerando uma insegurança nas empresas que mantêm esse tipo de contrato com a Sabesp, pois elas não têm a certeza de que terão a água disponível, conforme acordado.

Esse contrato representa um estímulo ao consumo, pois leva o grande consumidor a utilizar a água sem restrição e a um preço muito menor do que o praticado na Tabela original da Sabesp.

Com certeza, essa situação, que já perdura há muitos e muitos anos, contribuiu de forma direta com a crise atual, pois fez com que a Sabesp, em detrimento da população, utilize o maior volume de água para os grandes consumidores com valor de tabela bem menor por metro cúbico.

Essa situação fez com que houvesse uma distorção do real valor de um produto tão nobre, como é a água, pois a própria Sabesp, acreditando apenas na chuva e em seu sistema de armazenamento de água nas represas, achou que o sistema de fornecimento de água potável nunca sofreria um colapso.

Contudo, a crise veio e está afetando a nossa economia e a vida de todos, de forma geral, e esses contratos continuam em detrimento do fornecimento de água para os pequenos comércios e para a população de forma geral.

Essa situação gerou, para a fonte alternativa, uma crise que se estende até os dias atuais e, por nossa situação apresentada, essa mesma fonte alternativa é que vem, hoje, auxiliando a própria Sabesp no fornecimento de água potável.

A Sabesp ainda insiste em manter guardada a sete chaves a relação de empresas com quem mantém esse tipo de contrato, a quantidade de fornecimento e os valores arrecadados. Não demonstra, em momento algum, uma alteração em sua política e, principalmente, em acreditar que as nossas empresas de transporte de água potável, através de caminhão-pipa, possam dar continuidade ao seu fornecimento alternativo e ajudar, de forma direta, nesta crise sem precedentes que todos estamos enfrentando.

Estamos aqui hoje para nos colocar à disposição desta Casa, através de seus Vereadores, da sociedade civil organizada, dos Governos Municipal e Estadual e da própria Sabesp para, em conjunto, trabalharmos em prol de uma única situação: criar metodologias de atendimento emergencial e estrutural à fonte alternativa para que ela siga, na crise e pós-crise, como uma fonte viável de fornecimento de água potável para a indústria, hospitais, escolas, comércio e para a população, de forma geral.

Agradeço a Deus a oportunidade de estar aqui hoje. Parabenizo as empresas associadas à ATA, que vêm desenvolvendo um trabalho árduo, com muita responsabilidade no fornecimento de água potável através de caminhão-pipa, atendendo a esta crise.

Agradeço também a abertura que esta Casa nos deu; aos Srs. Exmos. Vereadores e, de forma geral, agradeço a todos e também à sociedade civil organizada aqui representada.

Marcelo Nigro, Presidente da ATA.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, Sr. Marcelo.

Registro a presença do nobre Vereador Ota, pedindo para que V.Exa. faça parte da Mesa.

Tem a palavra o Sr. Juarez Pereira de Santana. (Pausa) Não está presente.

Então passo a palavra ao Sr. Guilherme Coelho, do Movimento Minha Sampa.

O SR. GUILHERME COELHO - Boa tarde, quero só alertar, dentro da situação que temos vivido hoje, primeiro que vemos com bons olhos esse projeto e acho que ele deve ser aprovado independente dos detalhes, do valor da multa, etc. e tal.

Até conversei com alguns dos Vereadores e comentei o fato de que deveríamos pensar em um projeto ou estudar o caso do uso da água em construção civil, no sentido de que no começo das obras, no canteiro de obras, que em sua maioria atingem o lençol freático. E essas construções colocam uma mangueira para o lado de fora e simplesmente jogam essa água fora.

Precisaríamos saber mais detalhes, como essa água pode ser reaproveitada ou aproveitada para a própria construção, porque fico muito indignado quando vejo uma construção acontecendo e uma mangueira para o lado de fora jogando água nesse momento ou em qualquer outro momento, mas na crise da água a situação é pior.

Então é só para alertar sobre isso e dizer que estamos de acordo e apoiamos o projeto de lei que está em pauta hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, meu amigo Guilherme Coelho do Minha Sampa.

Tem a palavra o Sr. João Batista, assessor do Vereador Gilberto Natalini.

O SR. JOÃO BATISTA – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, autoridades, amigos, venho falar do 737, mas quero aproveitar essa oportunidade para louvar os projetos no seu mérito, no seu esforço de resolução dos problemas, mas uma coisa tenho clara: um único projeto, uma única atitude não vai resolver o problema. São várias atitudes para que o problema hídrico seja resolvido, além da questão dos mananciais, do aproveitamento de água de reuso e do aproveitamento das águas de chuva.

Então faço coro com a proposta do Vereador Natalini para fazer um projetão na questão do Código de Obras, com a adoção de equipamentos que economizem a água tratada. Que se faça um projetão com escopo do 529, do 737, para cuidar da redução do consumo, proteger o consumo, que cuide da água de reuso, além da questão dos mananciais.

Agora falando especificamente do 737, que é muito semelhante ao 529, é que ele também prevê exceção no caso da limpeza de calçada, porque muitas vezes você vai lavar sua calçada porque teve uma enchente e encheu de lama. Vai que acontece um acidente na frente da sua casa, encheu de pó químico ou de outro líquido qualquer que não sai com a varrição, tem de sair com água, porque é a água que lava. E na minha casa não tenho água de reuso.

Então está previsto também que se pode lavar a calçada nos casos de exceção utilizando um balde e ter a oportunidade de se justificar no caso de uma interpelação da Prefeitura. Estou falando desse detalhe do projeto para termos a consciência de que muita coisa ainda precisa ser feita, mas o que me deixa otimista é o esforço da população – dessa vez do Governo – e desta Casa de Leis, encaminhando todos juntos para buscar soluções para reduzir o problema hídrico, porque água é vida e queremos viver um pouco mais ainda.

Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado, João Batista.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Realmente, a água é um bem que representa a vida. Se faltar água no planeta, todos os seres morrem. Mas poderia surgir a 3ª guerra mundial no planeta devido à falta de água se as autoridades não forem buscar. A tese que a Uni Cosmos Global apresentou há 20 anos que cada país usar 30 a 40% do seu uso da água do mar.

Sobre os PLs que vão punir os cidadãos e os pequenos e médios empreendedores por lavar calçadas. Se os pequenos e médios empreendedores que têm o comércio no Centro e bairros de movimento, que não tem água de reuso, as calçadas sujas de fezes de cachorros e pessoas e a Prefeitura não tem uma política de limpeza pública da calçada, ela só joga água aqui no Centro fazendo um serviço porco que não limpa a calçada.

A Prefeitura não tem um projeto de varrição e acaba emporcalhando mais as calçadas da cidade de São Paulo. Esses estabelecimentos vão fechar e vai surgir um grande desemprego na cidade de São Paulo porque o pessoal vai ter de fechar os seus empreendimentos.

No projeto do Vegetal, há 15 anos, eu apresentei no Rio de Janeiro, e o Rio foi o primeiro estado a reciclar o óleo vegetal de frituras porque antes o óleo usado era derramado na pia. Os comerciantes abriam as bocas de lobo e jogavam os baldes de óleo e o óleo contaminava o lençol freático.

Fizemos uma pesquisa há 10 anos sobre bijuterias vendidas na Cidade com o custo de um a 20 reais. Levamos a um laboratório no exterior. A bijuteria tem até 80% de teor de chumbo e metal pesado causando grandes danos à saúde. Eu apresentei essa pesquisa no Inmetro e no Ministério do Meio Ambiente e depois de 10 anos é que eles vieram confirmar que as bijuterias tinham cerca de 70% de chumbo e metal pesado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado.

Os Vereadores querem fazer uso da palavra? Vereador Ota? Vereador Paulo

Fiorilo?

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, só para registro com relação a minha posição.

A ideia da multa até pode prosperar no projeto apresentado pelos Vereadores da CPI, mas, em minha opinião, não aplicada pelo Poder Público. Essa é uma discussão que a bancada do PT está fazendo e que deve avançar, além da questão da multa à Sabesp em caso de desperdício, que é outra questão polêmica, mas que precisa ser discutida.

Por fim, é preciso se entender que estamos vivendo um momento dramático, que não terminou. Parece que, com a chuva que vem caindo nos últimos dias, as pessoas relaxaram ou o próprio Governo acha que está resolvido. Quero só deixar esse registro porque nós estamos ainda numa situação muito crítica e que, com certeza, pode se agravar com o final do período de chuvas. Infelizmente, a falta de planejamento nos levou a essa situação. Portanto, fica esse registro.

Acho que o Poder Público Municipal deve, sim, trabalhar com a conscientização, com a divulgação de informações, alertando as pessoas sobre a situação que estamos vivendo neste momento; mas não acho que ele deve ser o responsável por aplicação de multas.

Eis minha posição, que quero que fique publicamente registrada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo. Algum Vereador quer fazer uso da palavra? (Pausa) Algum dos convidados quer fazer uso da palavra? (Pausa) Fique à vontade, Doutora.

A DRA. ROBERTA _____ - Eu, particularmente, sou a favor dos projetos educacionais, mas penso que uma coisa complementa a outra. Sou a favor, sim, da multa, mas penso que o valor é muito alto, deveria ser menor. Por quê? Só o fato de a pessoa receber um

boleto em casa e ter que ir pagar já fará toda a diferença, nem que o valor seja de 20 reais. Aí, sim, numa reincidência, poderia haver uma multa em valor maior.

Outra coisa que quero colocar é que a questão da água deveria ser tratada de forma técnica, não política. Não interessa se é PT ou PSDB. Não estou aqui por ser do PT ou do PSDB. Aliás, não tenho filiação alguma.

Com relação ao que foi dito pelo Vereador Mario Covas Neto, acho que sim, a Sabesp poderia ter feito diversas coisas, dentre elas o tratamento do esgoto. Qual a importância de se tratar do esgoto? Em um processo de tratamento do esgoto, passamos a ter uma água de melhor qualidade. Não precisaríamos estar vivenciando esse contexto que estamos vivenciando hoje porque a água do Rio Tietê poderia ser bombeada através do Rio Pinheiros para a Billings e, conseqüentemente, para o Alto Tietê. Mas hoje podemos fazer isso? Não, em hipótese alguma porque a água é extremamente poluída, e o tratamento da Sabesp é secundário, não terciário. Esse tratamento não remove as partículas que estão dissolvidas na água. É isso que precisa ser entendido. Água potável não significa necessariamente não contaminada, são coisas distintas.

Estou aproveitando este espaço para enfatizar que toda essa problemática tem um contexto muito maior. Discordo, sim, do Vereador Mario Covas Neto. Precisamos investir muito na questão do saneamento, o que não foi feito. Também as perdas do sistema são um absurdo; é inadmissível haver perda de água acima de 30% - água potável! Sou a favor da multa, sim, porque todos nós precisamos trabalhar em relação a isso, inclusive a população, mas a Sabesp também. O que tem de haver na Sabesp é um plano de contenção de desperdícios, e esse plano tem que ser disponibilizado na internet, para acesso pela população. O que a Sabesp está fazendo? Daqui a dois, três anos, quais serão as ações? Elas foram feitas? Não foram? Então, que se multe a Sabesp, não somente para a população.

Penso que também deve ser criada uma Agência de Vigilância da Água. Temos a Agência de Vigilância Sanitária. Por que não uma agência de vigilância da água? Vamos entrar

em todos os estabelecimentos comerciais, públicos – inclusive esse – e vamos verificar o que está acontecendo.

As peças sanitárias são adequadas? Não são? Precisam ser trocadas? Há desperdício? Não tem? Tudo isso tem de ser levantado. Tudo isso tem de ser feito.

Então podemos dizer que precisa ser criado um projeto global, envolvendo todas as partes. Não é só a população, é porque sei que algumas pessoas, aqui, quando falei que sou a favor do projeto, que sou a favor da multa, principalmente os representantes da sociedade civil acabaram me olhando um pouco torto. Sou a favor da multa, mas também de uma série de outras coisas.

E não tiro a culpa da Sabesp. A Sabesp tem uma série de responsabilidades sim. E o Governo do Estado de São Paulo também, principalmente no que tange à aplicação da política de recursos hídricos. Cadê os comitês de bacia? Cadê os representantes da sociedade civil? Por que não estão sendo capacitados? Cadê os instrumentos da política? E o enquadramento?

O enquadramento é um instrumento extremamente importante. É o que faz a junção da qualidade com a quantidade de água. Por que esse instrumento não é aplicado? Qual o segmento que não tem interesse na aplicação desse instrumento? Tem muitos segmentos que não têm interesse e que precisam fortemente da água.

E outra também: essa questão da água precisa ser tratada dentro de um contexto de bacia hidrográfica. E uma bacia hidrográfica é constituída por diversos municípios. Diversos! Então essa ação precisa ser conjunta. Ela não pode ser isolada de um único município. Daí a importância dos comitês de bacia.

O problema da água é um problema muito maior.

Quando pedi a primeira fala, eu parabeneizei a Casa pela iniciativa, continuo parabenizando, mas só que esse problema é muito maior. Vai muito além de legenda.

E com relação a ter racionamento ou não, também sou totalmente a favor ao

acionamento. Por quê? Nós não deveríamos estar no volume morto. Volume morto não deveria ser opção. Tecnicamente falando volume morto é utilizado para sedimentação das partículas que estão em suspensão, que são aportadas no reservatório. Não é para ser utilizado para consumo humano.

No início do segundo semestre de 2013 – e sempre coloco isso – quando o sistema Cantareira já estava com 50% de sua capacidade uma luz vermelha já deveria ter acendido. O racionamento, para mim, já deveria ter começado ali. Era ali que o racionamento tinha de entrar.

E a questão não é política, se é PT ou PSDB. Não interessa. Não está me interessando em nada. O que está me interessando é o consumo humano, de uma água com qualidade. Não adianta ter água em quantidade, precisamos de água com qualidade.

E nosso tratamento – reforço aqui – é secundário. Não é terciário, não tira as substâncias que estão dissolvidas na água.

E o que está acontecendo é que nós estamos ingerindo essa água. E daí? Ela está se bioacumulando, potenciais substâncias químicas que existam nessa água – estou falando potenciais - em nosso organismo. E daqui dois ou três anos, podem estourar diversas doenças, como, por exemplo, um câncer. Cadê o biomonitoramento dessa água do volume morto? Cadê? Eu sempre pergunto isso também. Porque não estão fazendo o biomonitoramento? Porque os resultados não estão na internet? Cadê os responsáveis técnicos pelo biomonitoramento? Tem de assinar ali. Tem de ter responsável técnico pelo biomonitoramento. A água é o que? É só potável? Mas é uma água contaminada ou não? Como eu coloquei, são coisas distintas.

Bom, é só isso, obrigada.

O SR. LAÉRCIO BENKO (PHS) – Obrigado Dra. Roberta, e já lhe faço o convite, não só à doutora, mas todos os demais presentes.

Amanhã, às 10h, haverá a reunião ordinária da CPI da Sabesp, com a presença do Sr. Presidente da Sabesp e do Sr. Paulo Massato, Superintendente Metropolitano da Sabesp. A Sra. Roberta será muito bem vinda aqui, para fazer perguntas para o próprio Presidente da Sabesp.

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Sra. Roberta, sei que está agora falando com nosso DD. Promotor. Parabenizo-a pela sua fala, uma das mais lúcidas e tocantes de uma cidadã, a respeito do problema que vai muito além da disputa política. É um problema sistêmico de competência, de visão de mundo e de toda uma mentalidade que precisa ser mudada. A sua fala foi completa, ao chamar todos os responsáveis para a consciência e agirem, de forma cooperada, para resolver o problema. Se a senhora permitir, eu gostaria de transcrever a sua fala na minha página e compartilhar na internet. Estou autorizado? (Pausa) Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Em não havendo mais interessados a falar, agradeço a presença de todos. Reitero o convite para todos participarem, às 10h, da nossa segunda reunião ordinária deste ano, da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga o contrato entre a Prefeitura de São Paulo e a Sabesp.

Está encerrada esta audiência pública.